

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO Nº: 023/2023.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços.

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de equipamentos de informática consumo, destinados ao atendimento de demandas da Prefeitura Municipal de Pacajá, Fundos Municipais e Secretarias vinculadas.

ASSUNTO: Análise de Contratação Administrativa. Ata de Registro de Preços nº 019/2023. Empresa J. S. MENDES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 35.124.075/0001-69. Valor da contratação R\$ 66.975,97.

I – RELATÓRIO.

Trata-se de Análise de Contratação Administrativa no qual o Setor de Compras da Secretaria Municipal de Assistência Social, requereu parecer sobre os procedimentos adotados para a contratação de empresas para fornecimento de equipamentos de informática consumo, destinados ao atendimento de demandas da Prefeitura Municipal de Pacajá, Fundos Municipais e Secretarias vinculadas, conforme solicitação, nos termos do que fora informado em despacho à esta Controladoria Interna.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

Em seu artigo nº 74, a Constituição Federal de 1988, estabelece as finalidades do sistema de Controle Interno, bem como a Lei Municipal nº 253/2005 PMP/PA, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Pacajá, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

III – DA DOCUMENTAÇÃO.

Foram apresentados os seguintes documentos para análise:

- 1) Solicitação de Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;
- 2) Cópia da Ata de Registro de Preços nº 019/2023;
- 3) Documentos da empresa vencedora;
- 4) Portaria do Fiscal de contrato;
- 5) Solicitação de Disponibilidade Financeira;
- 6) Confirmação da Disponibilidade Financeira;
- 7) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- 8) Termo de Autorização do Ordenador de Despesas;
- 9) Parecer da Assessoria Jurídica do município;
- 10) Despacho para parecer do Controle Interno.

IV – DA ANÁLISE.

No processo de contratação do Processo Licitatório PE SRP 023/2023, consta o Pedido de Contrato Administrativo, a ser firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ (MF) nº 11.851.861/0001-08, representado pela Sra. FERNANDA SOARES MOREIRA, Secretária Municipal de Assistência Social, portadora do CPF nº 007.211.872-50, e a empresa J. S. MENDES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 35.124.075/0001-69, representada pelo Sr. JAQUELINO SILVA MENDES, portador do CPF nº 634.086.862-20, no valor de R\$ 66.975,97 (sessenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme Solicitação de Autorização e Ata de Registro de Preços nº 019/2023, em anexo.

V – CONCLUSÃO.

O Controle Interno do Município, em suas considerações, faz saber que, após exames dos atos procedimentais, e documentos colegiados aos autos, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento de pedido de contratação encontra-se de acordo com a legislação vigente.

Por conseguinte, o contrato e o fluxo das despesas deverão ser executados fielmente pelas partes tanto do Ordenador de Despesas como do Fiscal do Contrato, respondendo cada, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme estabelecido no art. 66 da Lei 8.666/93, devendo ainda, a Autoridade Superior que firmou contrato, ora analisado, determinar que seja ordenado o empenho do contrato ao setor de contabilidade.

A geração de despesa é de inteira responsabilidade do ordenador de despesas, eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da controladoria deste município, a qual não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise, alheios aos autos do presente processo.

Por fim, ressaltamos que as informações elencadas e os documentos acostados aos autos deste processo, que serviram de base para análise e emissão de parecer desta Controladoria, são de responsabilidade e veracidade compartilhadas entre a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Assessoria Jurídica, que emitiu parecer quanto a regularidade jurídica do processo e Agente de Contratação, este último a quem coube conduzir e gerenciar o processo a partir da sua atuação.

Desta feita, encaminhe-se os autos ao Setor de Compras da Secretaria Municipal de Assistência Social, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Salvo melhor Juízo, é o Parecer.

Pacajá-PA, 09 de agosto de 2024.

GETÚLIO ZABULON DE MORAES

Controle Interno

Dec. 370/2022